



## **Câmara Municipal de Serrana**

Av. Deolinda Rosa, 1048 – Jardim das Rosas

Serrana/SP - CEP 14.150-000

(16) 3909-0601

<https://www.serrana.sp.leg.br> - [camara@serrana.sp.leg.br](mailto:camara@serrana.sp.leg.br)

### **ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**, a ser realizada no dia 02 de abril de 2024, na presença do membro Thiago Henrique de Assis, da Relatoria Maria da Silva e da Procuradora Jurídica, e ausente o Presidente da Comissão, Airton José Bis. Os membros da Comissão analisaram as seguintes matérias:

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA (EXECUTIVO) Nº 08 DE 2024**, que altera dispositivo da Lei 1.525 de 18 de março de 2013, que criou a gratificação por desempenho de atividade delegada nos termos que especifica, a ser paga aos policiais militares do estado que exercem atividade municipal delegada ao Estado de São Paulo, por força de convênio a ser celebrado com o Município de Serrana, e dá outras providências, de autoria do Prefeito Municipal de Serrana.

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA (EXECUTIVO) Nº 09 DE 2024**, que cria a gratificação por desempenho de atividade delegada nos termos que especifica, a ser paga aos policiais civis do estado que exercem atividade municipal delegada ao Estado de São Paulo, por força de convênio a ser celebrado com o Município de Serrana, e dá outras providências, de autoria do Prefeito Municipal de Serrana.

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA (EXECUTIVO) Nº 10 DE 2024**, que estabelece a desafetação de bem público que especifica e dá outras providências, de autoria do Prefeito Municipal de Serrana.

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA (EXECUTIVO) Nº 11 DE 2024**, que autoriza a abertura de crédito especial e suplementar, de autoria do Prefeito Municipal de Serrana.

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 06 DE 2024**, que dispõe sobre a obrigatoriedade da empresa concessionária ou permissionária de energia elétrica e demais empresas compartilhantes de sua infraestrutura, de ocupação do espaço público dentro das diretrizes das normas técnicas aplicáveis e promover a regularização e a retirada dos fios inutilizados, em vias públicas do Município de Serrana e dá outras providências, de autoria da Vereadora Andréia de Sant'Anna Ponciano Prates.

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 08 DE 2024**, que garante o direito de prioridade de matrícula de irmãos na mesma unidade escolar da rede municipal de educação de Serrana, de autoria do Vereador Waldenor de Assis Silva.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 08 DE 2024**, que dispõe sobre a reprovação das contas do Poder Executivo Municipal, relativas ao Exercício de 2020, de autoria da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento.

Após a análise dos projetos citados, os membros da Comissão acordaram no exposto a seguir:



## Câmara Municipal de Serrana

Av. Deolinda Rosa, 1048 – Jardim das Rosas

Serrana/SP - CEP 14.150-000

(16) 3909-0601

<https://www.serrana.sp.leg.br> - [camara@serrana.sp.leg.br](mailto:camara@serrana.sp.leg.br)


Quanto aos **PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA (EXECUTIVO) Nº 08 e 09 de 2024**, os membros da Comissão solicitaram, inicialmente, a elaboração de emenda para inclusão dos guardas municipais no PL 09/2024, nesta ocasião a Procuradora Jurídica esclareceu que não são permitidas emendas parlamentares que impliquem aumento de despesa em projeto de iniciativa privativa do Poder Executivo, contudo, em que pese a vedação citada os membros da Comissão solicitaram a elaboração da referida emenda. Ademais, diante do aumento de despesa acarretado pelas proposições em análise, os membros da Comissão acordaram em solicitar à Prefeitura Municipal o estudo de impacto orçamentário e financeiro, nos termos do art. 16 da LRF, com a inclusão dos servidores da guarda municipal de Serrana.

Em relação ao **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA (EXECUTIVO) Nº 10 de 2024**, foi dito pelos membros da Comissão que, quanto ao aspecto redacional e técnico, o projeto de lei em questão obedece a redação e as técnicas legislativas exigidas para a elaboração de textos legais, bem como quanto à legalidade e à constitucionalidade não há óbice à proposta legislativa, uma vez que o Município tem competência para legislar sobre assuntos de interesse local compreendendo o ordenamento territorial, o planejamento urbano e a fiscalização de áreas de uso e ocupação do solo, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (ADI 6602-SP, Relatora Ministra Cármen Lúcia, j. 14.06.2021) e o art. 11, inciso IX da LOM. Desse modo, os membros desta Comissão concedem parecer favorável para tramitação regular em Plenário.

No tocante ao **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA (EXECUTIVO) Nº 11 de 2024**, foi dito pelos membros da Comissão que, quanto ao aspecto redacional e técnico, o projeto de lei em questão obedece a redação e as técnicas legislativas exigidas para a elaboração de textos legais, bem como quanto à legalidade e à constitucionalidade não há óbice à proposta legislativa, verifica-se que este atende as exigências do art. 43, §1º, da Lei Federal nº 4.320/64 para abertura de créditos adicionais especiais e suplementares, uma vez que apresenta a exposição de prévia justificativa, a indicação dos recursos disponíveis e as dotações orçamentárias que serão implementadas. Com isso, os membros desta Comissão concedem parecer favorável para tramitação regular no Plenário.

No que se refere ao **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 06 DE 2024**, foi dito pelos membros da Comissão que, quanto ao aspecto redacional e técnico, o projeto de lei em questão obedece a redação e as técnicas legislativas exigidas para a elaboração de textos legais, bem como quanto à legalidade e à constitucionalidade não há óbice à proposta legislativa, visto que o Município tem competência para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I CF e art. 11, I da LOM), assim como a proposta está de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 1.044, de 27 de setembro de 2022, e com o entendimento dos Tribunais Superiores. Portanto, os membros desta Comissão concedem parecer favorável para tramitação regular no Plenário.

Quanto ao **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 08 DE 2024**, foi dito pelos membros da Comissão que, quanto ao aspecto redacional e técnico, o projeto de lei em questão obedece a redação e as técnicas legislativas exigidas para a elaboração de textos legais, bem como quanto

  
2





## Câmara Municipal de Serrana

Av. Deolinda Rosa, 1048 – Jardim das Rosas

Serrana/SP - CEP 14.150-000

(16) 3909-0601

<https://www.serrana.sp.leg.br> - [camara@serrana.sp.leg.br](mailto:camara@serrana.sp.leg.br)

legalidade e à constitucionalidade não há óbice à proposta legislativa, visto que o Município tem competência para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I CF e art. 11, I da LOM), assim como a proposta está de acordo com o art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990). Sendo assim, os membros desta Comissão concedem parecer favorável para tramitação regular no Plenário.

Por fim, em relação ao **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 08 DE 2024**, foi dito pelos membros da Comissão que, quanto ao aspecto redacional e técnico, o projeto de decreto em questão obedece a redação e as técnicas legislativas exigidas para a elaboração de textos legais, bem como quanto à legalidade e à constitucionalidade não há óbice à proposta legislativa, uma vez que este respeitou o disposto nos artigos 366 a 370 do Regimento Interno desta Casa de Leis e o posicionamento técnico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Desse modo, os membros desta Comissão concedem parecer favorável para tramitação regular no Plenário

Nada mais havendo, após a manifestação do Presidente e dos membros desta Comissão, encerrou-se a discussão da matéria. Esta ata, elaborada por mim, Caroline Colmanetti Silva, que secretariei *ad hoc* a reunião, posteriormente, foi lida e assinada por todos os participantes da reunião.

**THIAGO HENRIQUE DE ASSIS (Membro)**

**MARIA DA SILVA (Relatora)**

**CAROLINE COLMANETTI SILVA (Procuradora Jurídica)**